

Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 30 – 7 de maio de 2012

PJe-JT

PJe-JT chega ao 2º grau em MT nesta segunda, dia 7

O Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) instala, nesta segunda-feira, dia 7 de maio, o módulo de 2º grau do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). O primeiro processo a tramitar em grau de recurso será distribuído eletronicamente a partir das 14h (horário local), em solenidade no Plenário do Tribunal, com a presença do presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen.

O processo será avaliado pela 1ª Turma do Regional, cujos desembargadores passaram por treinamento na última semana. Também foram capacitados servidores de gabinetes e da secretaria do Tribunal Pleno. O recurso será oriundo da Vara do Trabalho de Várzea Grande, que registra 613 processos eletrônicos e 288 advogados cadastrados. Até 30 de abril, a unidade já havia realizado 174 audiências com o sistema.

O PJe-JT permite uma maior organização do trabalho, além de trazer agilidade aos julgamentos. “São formidáveis as vantagens desse novo módulo de 2º grau de jurisdição do processo eletrônico da Justiça do Trabalho”, assinala o presidente do TST e do CSJT. O módulo de segundo grau facilita o andamento da sessão e reduz o tempo de sua duração, por intermédio dos julgamentos em bloco dos processos cujos votos não tenham sido modificados.

Durante as sessões eletrônicas, os juízes têm acesso simultâneo aos processos. Os votos podem ser editados durante o julgamento, com assinatura e publicação automáticas. As facilidades também se refletem na rotina dentro dos gabinetes. Os desembargadores conseguem organizar os processos de diversas maneiras e podem acompanhar, em tempo real, o andamento das demandas distribuídas.

(Patrícia Resende/CSJT, com informações do TRT da 23ª Região/MT)

Gestão da JT



Metas 2012 - Meta 5 estimula tribunais a simplificarem regimentos de custas e taxas

A Meta 5 de 2012, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para todo o Poder Judiciário, tem como objetivo estimular os tribunais a revisarem e simplificarem os seus regimentos de custas e taxas, como passo necessário à introdução do processo eletrônico.

Para que a meta seja cumprida, os tribunais deverão implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para reco-

Notícias

Estádio de futebol Arena Pantanal, em Cuiabá, tem ato pelo Trabalho Seguro dia 7 de maio

Construído no lugar do antigo estádio Verdão, que foi demolido, o Estádio de futebol Arena Pantanal, em Cuiabá, terá ato pelo Trabalho Seguro hoje, dia 7 de maio. Este será o terceiro dos 12 atos públicos que integram as atividades do Programa Trabalho Seguro. Os atos já realizados, nas obras de reconstrução do estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, e no Estádio Arena das Dunas, em Natal, contaram com a participação ativa dos trabalhadores e a presença de autoridades e dos jogadores de futebol Ronaldo e Bebeto.



O presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, vem enfatizando, nos eventos, a preocupação da Justiça do Trabalho com o crescente número de acidentes de trabalho no País, muitos ocorridos por falta de observação às normas de segurança. O setor da construção civil é o que apresenta maior número de acidentes fatais.

(Marta Crisóstomo/TST)

Acidente de trabalho é tema de reportagens especiais no Portal Trabalho Seguro

Histórias de trabalhadores de diversos estados brasileiros que perderam a vida ou adquiriram necessidades especiais após se acidentarem em serviço, mostrando dor dos familiares e a busca por Justiça, são o tema de uma série de reportagens especiais em memória às vítimas de acidente de trabalho publicadas no Portal Trabalho Seguro.

As reportagens são produzidas pelas assessorias de Comunicação Social de TRTs e editadas pelo CSJT, e começaram a ser publicadas no Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, 28 de abril. “O objetivo desta iniciativa é ir além das questões judiciais. Queremos mostrar o estrago que descuidos no ambiente de trabalho podem causar em famílias que dependiam daquele trabalhador”, assinala o juiz do trabalho Marcos Fava, um dos gestores nacionais do Programa. “O relato dos acidentes também terá um caráter pedagógico. As condenações impostas aos empregadores, citadas nas reportagens, elencam uma série de requisitos que devem ser seguidos pelas empresas. Ao destacarmos esses aspectos, queremos reforçar a prevenção como forma de evitar acidentes”, conclui Marcos Fava.

A primeira reportagem, produzida pelo TRT da 1ª Região (RJ), conta a história de Adolfo, jovem trabalhador que perdeu a vida em seu primeiro emprego. A família processa a empresa de limpeza e o laboratório onde ele prestava serviços, por não terem fornecido a ele equipamentos de proteção individual (EPI).

(Patrícia Resende/CSJT)



Foto: Aldo Dias

Presidente do TST defende, no Senado, mudanças na execução trabalhista

O presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, defendeu dia 26 de abril, no Senado Federal, a necessidade de modernização dos mecanismos legais que regem a execução trabalhista. “A execução trabalhista é morosa e ineficaz, e constitui hoje o principal ponto de estrangulamento do processo judicial trabalhista”, afirmou. O ministro participou de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, convocada a pedido da senadora Ana Amélia (PPR/RS), relatora do Projeto de Lei do Senado (PLS) 606/2011, que altera dispositivos da CLT para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

O projeto, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR), foi elaborado a partir de propostas sugeridas por uma comissão formada por ministros e juízes de 1º e 2º graus da Justiça do Trabalho.

himento. De acordo com o CNJ, o sistema eletrônico deve ser acessível pela internet e deve compreender, pelo menos, as duas funções citadas na Meta 5.

O CNJ ainda sugere que “seja realizada pesquisa sobre sistemas de regimentos de custas e taxas judiciais automatizados de outros tribunais, revisão e simplificação dos regimentos atuais de custas e taxas do respectivo tribunal, aprovado institucional e legislativamente um novo regimento de custas e taxas, bem como implantado novo sistema para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento, por via eletrônica.”

A Meta 5 estará plenamente cumprida na Justiça do Trabalho se o sistema de custas e taxas do Regional puder ser acessado e operado pela internet, incluir instruções para sua utilização, oferecer atendimento ao usuário por e-mail ou telefone, possibilitar consulta à tabela de custas, bem como emissão de guia de recolhimento.

(Noemia Colonna/CSJT, com informações do CNJ)

Na Mídia

Portal ORM | PA | 04/05/2012

Termina greve em Belo Monte, mas sindicato tentará rever decisão judicial

Os trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Belo Monte já estão retornando às atividades. O fator decisivo para esse retorno foi o ‘movimento jurídico adotado pelo’ Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), responsável pela obra, perante o TRT da 8ª Região. A corte considerou a greve ilegal e aplicou uma multa de R\$ 200 mil, retroativa ao dia 23 de abril. [Leia mais](#)

Gazeta do Sul | 04/05/2012

Inter se diz aliviado com registro de Oscar

A volta do registro de Oscar ao Inter, no Boletim Informativo Diário da CBF, foi recebida com alívio no Beira-Rio. Entre os dirigentes, nenhuma comemoração maior. Apenas o regozijo pelo fim de um novo impasse. [Leia mais](#)

Gazeta do Povo - Online | 03/05/2012

Ayres Britto pede política remuneratória para juizes

O presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto, disse que o CNJ deve zelar mais pela autonomia do Judiciário e defendeu uma política remuneratória para os magistrados, na abertura do 16º Conamat, em João Pessoa. [Leia mais](#)

Fale com o presidente

caroscolegas@tst.jus.br

Expediente



Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 30 – 7 de maio de 2012

Secretaria de Comunicação Social do TST

Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: caroscolegas@tst.jus.br

Dalazen disse aos senadores que o panorama atual da execução é “desalentador e inquietante”, e que a situação vem se agravando a cada ano. A implantação do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) permitiu um levantamento do acervo de processos nessa fase, inclusive daqueles que se encontram no chamado arquivo provisório. Somados os processos provisoriamente arquivados, a Justiça do Trabalho fechou 2011 com 3,2 milhões de processos nos quais o trabalhador ainda não recebeu efetivamente aquilo que lhe é devido, o que resulta numa taxa de congestionamento de 76% em 2011. [Veja aqui a íntegra da matéria.](#)

(Carmem Feijó/TST)

Seminário internacional enfatiza importância do Brasil assinar Convenção 87 da OIT sobre liberdade sindical

Após três dias de reuniões, a ênfase das exposições do [Seminário sobre Liberdade Sindical e os Novos Rumos do Sindicalismo no Brasil](#) foi pela ratificação da [Convenção 87 da OIT](#), sobre a liberdade sindical. A Convenção aguarda aprovação do Congresso Nacional desde 1949. Promovido pelo TST e CSJT, o Seminário teve lugar no Tribunal, de 25 a 27 de abril, e reuniu magistrados, procuradores, dirigentes sindicais, servidores, professores, estudantes e especialistas internacionais em palestras, painéis e conferências. [Veja aqui as opiniões de alguns dos participantes, sobre o tema.](#)

(Secom/TST)

Justiça do Trabalho e IPEA formam parceria para realização de pesquisas

O presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, e o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Marcio Pochmann, assinaram, mês passado, protocolo de cooperação técnica para instituir ações conjuntas para desenvolvimento de estudos e pesquisas de interesse mútuo. Os temas principais seriam a respeito de assuntos como autos findos e construção de bases de dados comum, custo e tempo de duração de ações trabalhistas, quantitativo de ações trabalhistas com reconhecimento de vínculo empregatício e seus efeitos, execuções e passivos trabalhistas.

“É um primeiro passo para a celebração de convênio específico posterior visando ao desenvolvimento de pesquisas sobre os mais diversificados temas”, afirma o presidente do TST e do CSJT. De acordo com ele, o escopo é a realização dessas pesquisas para formulação de políticas públicas, para que haja, com a cooperação, barateamento dos custos para a Justiça do Trabalho. Dalazen reforçou que a iniciativa também visa formar quadros específicos - a coleta de dados deve mobilizar 32 servidores, que serão capacitados e orientados pelo próprio IPEA. “O acordo de cooperação assinado é um primeiro grande passo para que a Justiça do Trabalho possa, no futuro, realizar ela própria as suas pesquisas”, concluiu.

(Patrícia Resende/ CSJT)

Nova versão do e-Doc estará disponível a partir desta segunda-feira, dia 7

Será lançada nesta segunda-feira, dia 7 de maio, uma nova versão do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos da Justiça do Trabalho (e-Doc), desenvolvida pelo TST em apenas um mês. A versão atual apresentava incompatibilidades operacionais para a utilização dos certificados digitais V2 e V3, que foram alterados em janeiro pelo governo federal. A certificação é pré-requisito para utilização do e-Doc, na medida em que só o mecanismo garante a validade jurídica do sistema.

A nova versão terá, entre outras melhorias, compatibilidade com qualquer cadeia de certificação adotada; mais rapidez, fruto de infraestrutura reinscrita em linguagem JAVA, mais moderna e adequada às exigências atuais; telas mais simples e fáceis de usar.

(Ricardo Reis e Marta Crisóstomo/TST)

Presidenta sanciona leis que criam Varas em Minas e Paraná

A presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou, dia 2 de maio, duas novas leis ([12.616/12](#) e [12.617/12](#)) que aumentam a estrutura dos TRTs da 3ª Região (MG) e 9ª Região (PR), respectivamente. O TRT mineiro terá sua composição alterada de 36 para 49 desembargadores. Além disso, poderá dispor sobre o número, a competência e a composição de suas turmas e seções especializadas. Serão criadas ainda 21 novas Varas do Trabalho em Minas Gerais, e 11 no Paraná.

(Ascom/CSJT, com informação da Assessoria de Relações Institucionais/ASRI)



Foto: Aldo Dias